

EQUIDADE

Educação Antirracista na prática

*Como trabalhar a Educação para
as Relações Étnico-Raciais da
Educação Infantil aos Anos Finais do
Ensino Fundamental*



ÍNDICE

5 Introdução

Educar para a diversidade

8 Capítulo 1

Educação Infantil

Educação Antirracista começa
na primeira infância





37 Capítulo 2

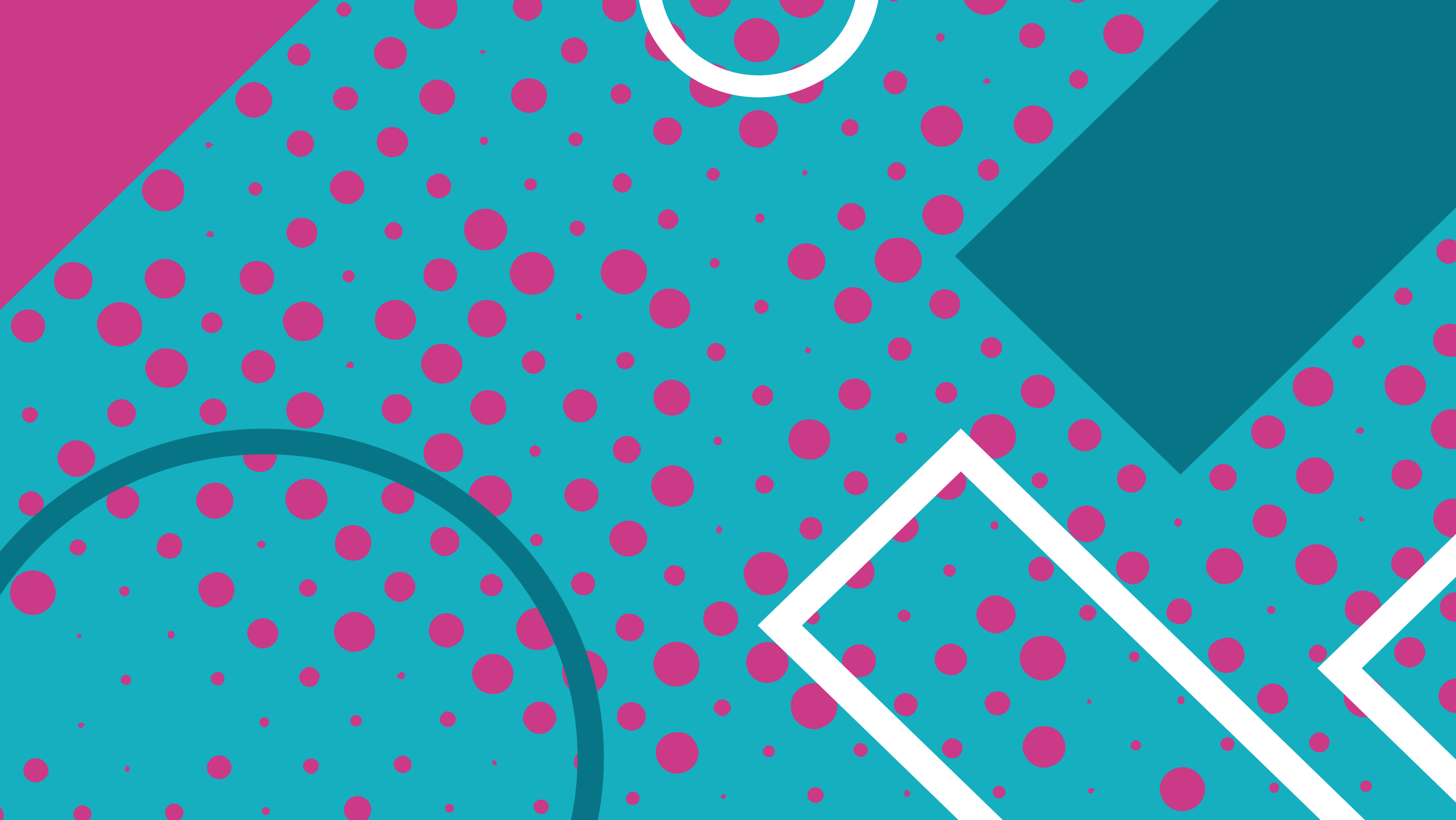
Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Explore interesses da turma sob uma perspectiva afrocentrada

59 Capítulo 3

Anos Finais do Ensino Fundamental

Como trabalhar as questões étnico-raciais de forma transversal



Educar para a **diversidade**

Você já deve ter ouvido que o racismo no Brasil é uma questão estrutural. Isso significa que suas manifestações não estão restritas ao âmbito individual ou comportamental, mas engendradas em relações que perpassam toda a sociedade, sejam elas de ordem econômica, política ou subjetiva.

Nessa lógica, a escola – como um microcosmo social – não está isenta de reproduzi-lo. Na realidade, é muitas vezes nesse espaço onde crianças negras e indígenas sofrem os primeiros casos de discriminação e preconceito. Ainda na primeira infância, pesquisas mostram, por exemplo, que as crianças negras são menos tocadas de forma afetuosa e que os bonecos brancos costumam ser priorizados em detrimento daqueles que representam outras etnias.

Daí a importância da **Educação Antirracista** – uma perspectiva que vai muito além de combater atitudes e falas racistas no espaço escolar. A Educação para as Relações Étnico-Raciais trata de descolonizar os currículos escolares – historicamente pautados pelo

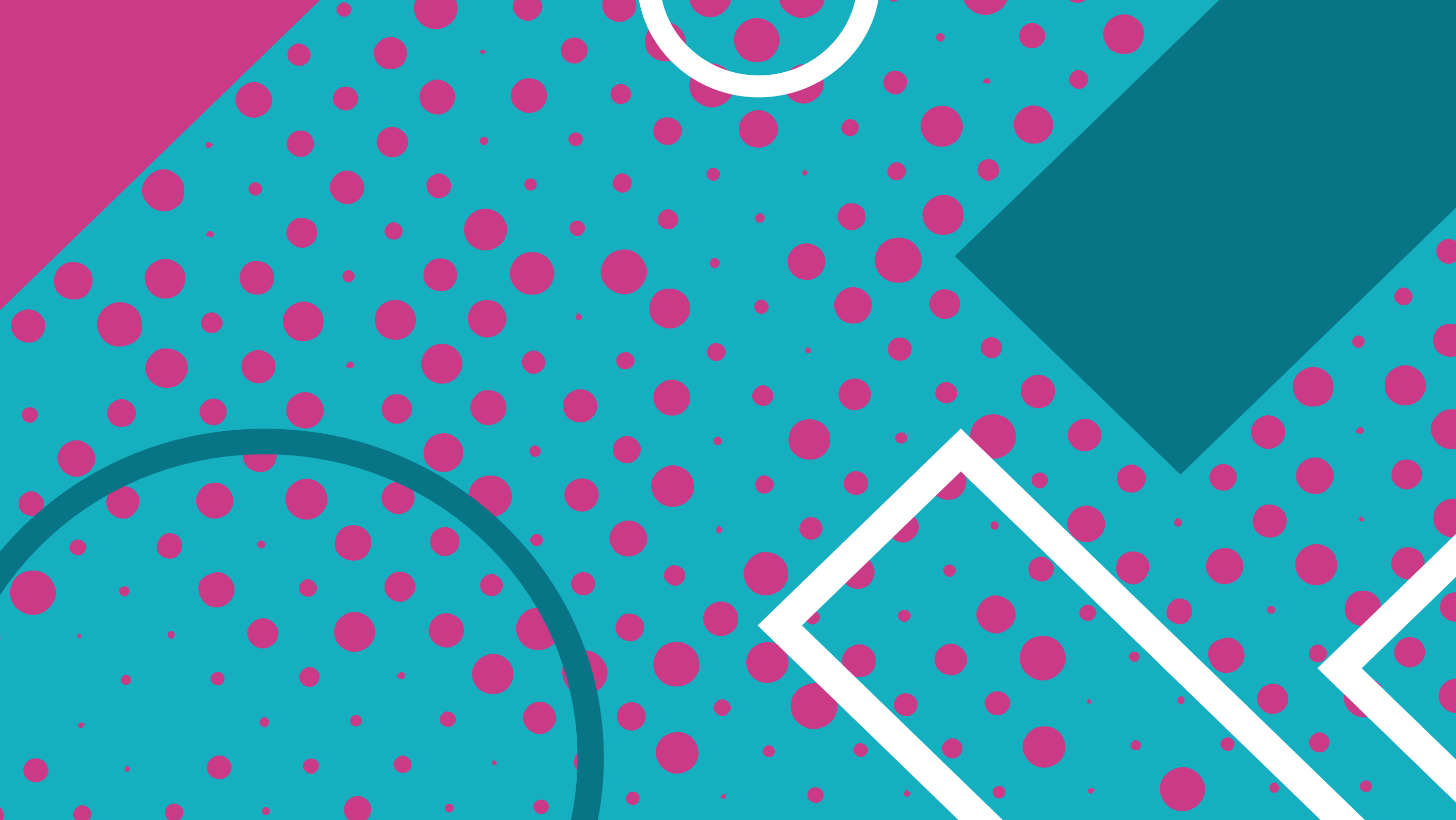
eurocentrismo – de forma a contemplar e valorizar a contribuição dos povos negros e indígenas para as mais variadas áreas do conhecimento.

Vale lembrar que, há duas décadas, implementar a Educação Antirracista é uma questão legal. Em 2003, a Lei nº 10.639 tornou obrigatório o ensino da Cultura e História Afro-Brasileira e Africana nas escolas de todo o país. Ela também incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra – o que não significa que o tema deva ser abordado excepcionalmente no ensejo da data ou do mês comemorativo. Pouco depois, em 2008, a Lei nº 11.645 garantiu o mesmo para os povos indígenas.

A abordagem transdisciplinar da temática étnico-racial é, portanto, direito das crianças, adolescentes e jovens brasileiros e deve ser um compromisso de todos que compõem a comunidade escolar, uma vez que a Educação Antirracista só pode se materializar com o **envolvimento da gestão**, dos docentes, dos funcionários e das famílias.

Para inspirá-los nessa empreitada, reunimos neste e-book experiências que ilustram, de forma prática, como trabalhar a Educação Antirracista da Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

BOA LEITURA



CAPÍTULO 1 • EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação Antirracista começa na primeira infância



Victor Santos



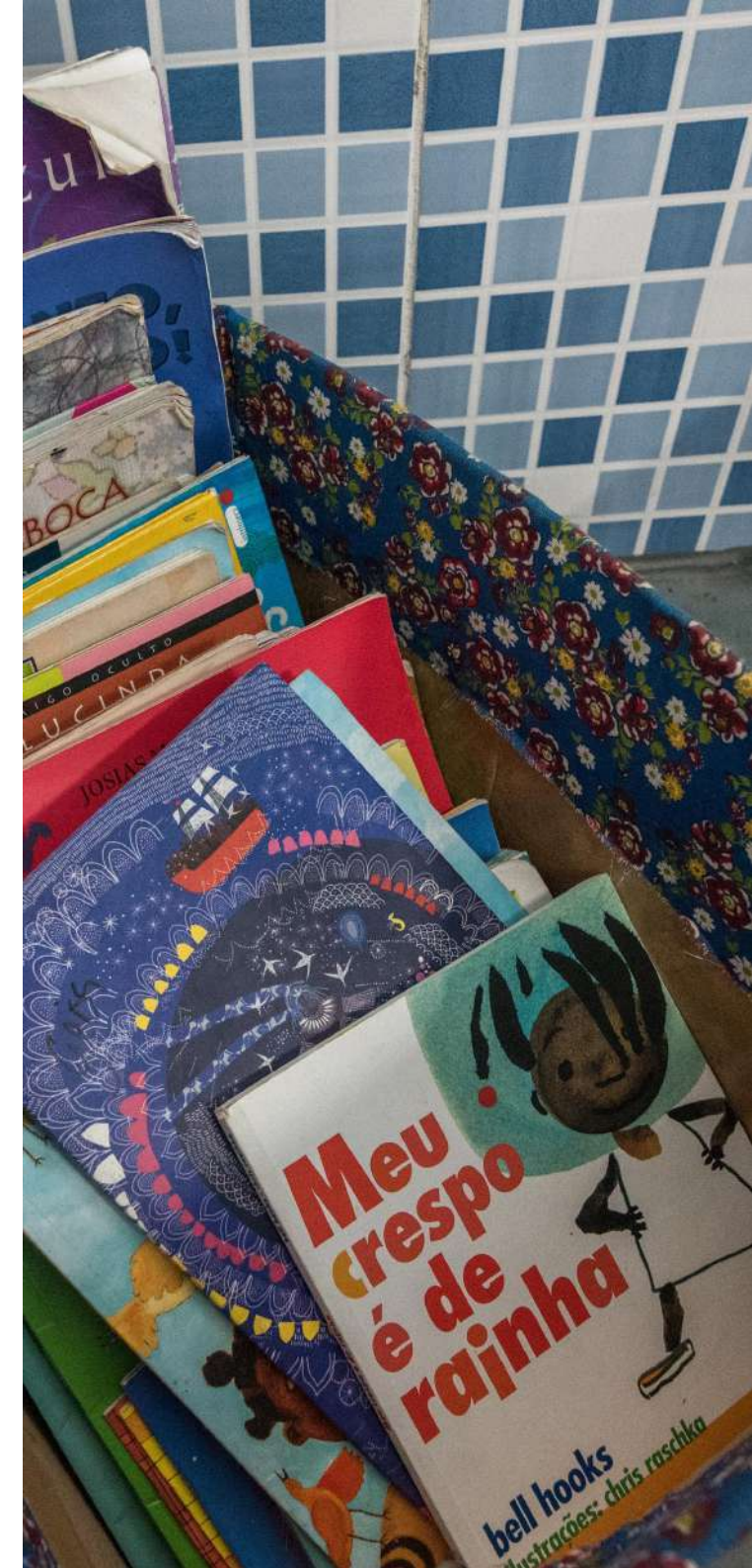
Bárbara Dias

Educadoras destacam a importância de abordar as relações étnico-raciais na Educação Infantil e indicam possibilidades de propostas e projetos

Depois da família, a escola é um dos primeiros espaços de socialização das crianças, exercendo um papel fundamental para a convivência e a interação com a diversidade. Nessa perspectiva, práticas antirracistas devem estar presentes desde a Educação Infantil.

Apesar disso, Vera Lúcia Luiz, professora do CEI Margarida Maria Alves, em Campinas (SP), relata que em alguns momentos surge certo estranhamento quando ela comenta que trabalha a questão racial na perspectiva dos bebês e das crianças.

“Muita gente me pergunta: ‘Mas, Vera, no berçário existe racismo? Os pequenos já demonstram algumas atitudes racistas?’. E eu respondo que sim, por exemplo, quando priorizam a boneca de uma cor em detrimento de outra. Muitos se surpreendem, mas coisas desse tipo ocorrem porque estamos em uma sociedade racista”, conta a educadora, que possui mais de 20 anos de experiência na etapa.





A professora Geisa das Neves Giraldez com sua turma na Creche Municipal Direitos Humanos, localizada no Morro do Escondidinho, no Rio de Janeiro (RJ).

Como explica a pedagoga Sheila Perina de Souza, cofundadora do Coletivo Luderê Afro Lúdico, voltado à arte-educação via literatura e brincadeiras africanas e afro-brasileiras, desde os primeiros anos de vida as crianças brasileiras negras e brancas são expostas a modelos de padrão estético e mesmo de inteligência fundamentados no eurocentrismo.

“Então, se não houver um trabalho cuidadoso no campo das relações étnico-raciais, as práticas em sala tendem a reproduzir esse modelo, inclusive durante o brincar e o cuidar, que são fundamentais nessa etapa”, aponta ela, também mestra e doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Ela ressalta que esse eurocentrismo leva ainda a outro risco. *“Na pesquisa que deu origem ao livro **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil** [Editora Contexto, 2012], a professora Eliane dos Santos Cavalleiro demonstra, por exemplo, que as crianças menos tocadas em termos de afeto são as crianças negras.”*

Para Geisa das Neves Giraldez, pedagoga e mestra em Artes pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é crucial ensinar todo mundo a viver junto a partir das diferenças.

“A primeira coisa importante é pensar como o racismo se dá: ele nos faz pensar que certo grupo [pessoas negras] é menos humano, como vemos nesses dados de que são as crianças menos tocadas”, afirma. “Então, muitas vezes, até com boa intenção, professores da Educação Infantil colocam que ‘todo mundo é igual’. Mas não, todo mundo é diferente, e essa diferença pode ser celebrada – desde que se ensine as múltiplas perspectivas que temos no mundo, os muitos jeitos de estar e ser.”





“

Os pequenos já demonstram algumas atitudes racistas?'. E eu respondo que sim, por exemplo, quando priorizam a boneca de uma cor em detrimento de outra. Muitos se surpreendem, mas coisas desse tipo ocorrem porque estamos em uma sociedade racista

Vera Lucia Luiz

”

Como professora e mulher negra, Geisa procura retratar a negritude de forma positiva, com sua presença e pelas referências que leva à sala. Ela atua nas escolas Creche Municipal Direitos Humanos e Zélia Gattai Amado, ambas na rede municipal do Rio de Janeiro (RJ).

“Afirmar nossas singularidades, fenótipo, cor da pele, cabelo, tipo de música, enfim, isso também é ser contra o racismo, já que estamos enfatizando uma existência negada pela hegemonia – justamente em uma etapa na qual eles são pequenininhos e estão se constituindo como pessoas.”





Formação, planejamento e materiais

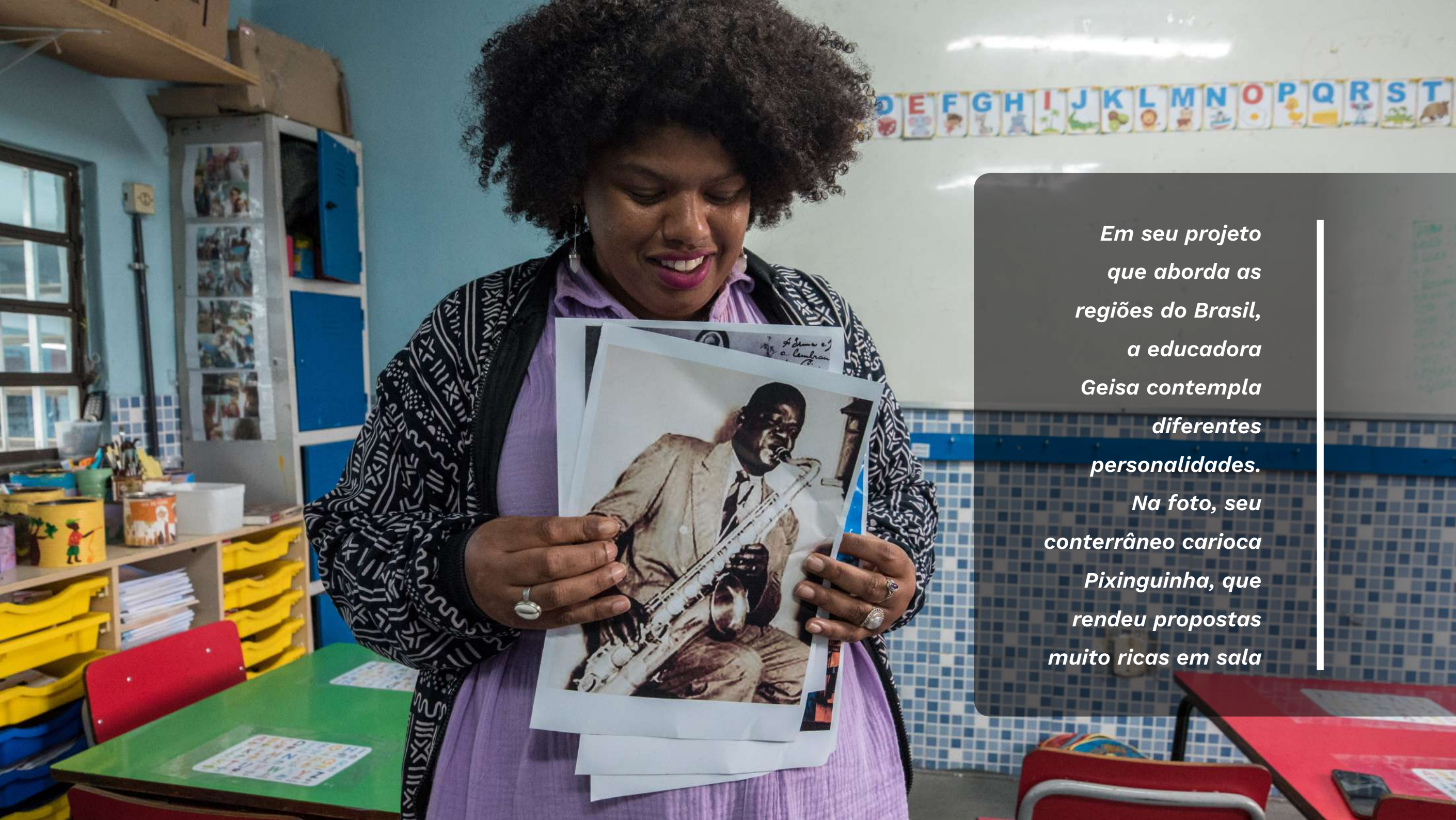
Segundo a professora Vera, o trabalho do educador antirracista começa quando ele reconhece que esse problema existe em nossa sociedade. “*Afinal, como vai combater algo em que não acredita?*”, salienta.

Ela reforça que a capacitação dos professores na temática é apenas o ponto de partida para esse trabalho, que envolve reflexões e atitudes posteriores. “*Tudo porque não basta só a formação: o momento seguinte é o de rever a própria postura e o material, uma questão de alteridade mesmo.*”

Assim, conforme a professora, ao se colocar no lugar dos pequenos, vale pensar: *“Será que a minha prática pedagógica agrada a essa criança negra? Ela se vê no material que utilizo, como os livros e vídeos que estou passando? É preciso pensar em todas as coisas que estão postas e lembrar que secretarias de Educação e unidades escolares têm verba para aquisição de materiais como bonecas negras e lápis e giz que contemplem diferentes tonalidades de pele.”*

A educadora Geisa complementa esse raciocínio realçando que o professor da Educação Infantil possui uma função de curador em seu próprio contexto. *“Todos esses materiais – brinquedos e bonecos, livros literários – precisam ser pensados e organizados de forma a atender a diversidade do grupo para que as crianças negras se reconheçam e para que as brancas vejam que existem outros modos de estar no mundo além do delas mesmas”*, comenta.

“Por exemplo, no trabalho com recorte, prefiro selecionar revistas semanais, que são mais populares e plurais, do que levar uma revista de moda. A chamadinha com os nomes [lista com os nomes das crianças afixada na parede da sala de aula] precisa incluir figuras diversas, e os próprios jogos devem apresentar personagens que gerem a identificação de todas as crianças.”



*Em seu projeto
que aborda as
regiões do Brasil,
a educadora
Geisa contempla
diferentes
personalidades.*

*Na foto, seu
conterrâneo carioca
Pixinguinha, que
rendeu propostas
muito ricas em sala*

Em relação às bonecas, as professoras enfatizam alguns detalhes importantes. *“Muitas vezes, as bonecas negras ficam lá nos baús, e as pessoas falam: ‘Nossa, compramos e ficaram abandonadas, ninguém brinca com elas’. Mas a gente precisa primeiro pensar: como essas bonecas negras estão? Elas estão, por exemplo, vestidas, assim como as bonecas brancas?”*, questiona Vera.

“Feito isso, se elas não vão ao colo das crianças, cabe a mim, como educadora, ter intencionalidade pedagógica com essa boneca. Dizer: ‘Olha, ela é minha filha, é nossa amiga, por que será que ninguém quer pegar?’. Porque a Educação Infantil é o jogo simbólico da representatividade, da brincadeira, é preciso chamar a criança para aquela boneca.”

Para Sheila, que também é autora do livro **As brincadeiras africanas de Weza** (Editora Kitembo, 2021), a literatura é outro ponto fundamental. *“Atualmente, temos muitas obras com personagens negros, mas esses livros precisam trazê-los de uma perspectiva e em uma narrativa positivas. Por isso gosto muito da autora Sônia Rosa, com a sua ‘literatura infantil negroafetiva’”,* indica.



“

Afirmar nossas singularidades, fenótipo, cor da pele, cabelo, tipo de música, enfim, isso também é ser contra o racismo, já que estamos enfatizando uma existência negada pela hegemonia - justamente em uma etapa na qual eles são pequeninhos e estão se constituindo como pessoas

Geiza das Neves

”

“É interessante reforçar que esses livros podem ou não tratar a questão racial – e é crucial mostrar pessoas negras em diferentes contextos.”

Sheila também alerta que os pequenos precisam se ver para além da sala de aula. “Projeções visuais são fundamentais. É preciso observar: quais referências usamos nas placas e murais da escola? De que maneira pessoas negras aparecem e são representadas? Tudo isso ajuda crianças negras e brancas a construir imagens sobre o que é o negro.”



|| **Projetos na prática e o apoio das famílias**

As três entrevistadas frisam que o cerne de qualquer projeto na Educação Infantil deve se pautar no protagonismo das crianças no processo de aprendizagem.

“As práticas mais efetivas partem da escuta das próprias crianças, ao colocar a visão de mundo delas no centro, saindo de um certo ‘adultocentrismo’”, explica Geisa. Ela dá um exemplo de projeto que surgiu dessa maneira. “Um dia eu estava descendo com a turma para o refeitório, e estava chovendo. Então, um dos meninos falou: ‘A chuva ‘tá’ cansada, ‘tá’ caindo devagarinho’. Para mim, isso é poesia [risos]! Começamos um projeto com poemas a respeito do que eles pensavam sobre o mundo, espalhando-os posteriormente em lambe-lambes pela comunidade.”

Na mesma linha, a professora Vera discorre que a Educação Infantil possui, de fato, um conteúdo programático a ser trabalhado, mas há muitos projetos que partem das situações do cotidiano. Nesse caso, podem ser disparadores tanto falas e interesses dos pequenos quanto circunstâncias mais complexas que eventualmente despontem no dia a dia.

RELEITURA
PERCORSO



ANTONIO LOTEIRO



ANTONIO LOTEIRO (1914-1998) foi um escritor brasileiro, autor de romances, contos e poemas. Foi também jornalista e crítico literário. Seu trabalho é conhecido por abordar temas sociais e políticos.



Message: My Mother's Name is the US
FRANCISCA MANGEL e DORIS
E o nome da minha mãe é o nome da minha mãe



“Por exemplo, já houve uma situação em que uma criança branca se referiu ao cabelo de outra como ‘feio’. Professores que não foram preparados para uma Educação Antirracista poderiam dizer ‘esqueça isso’, mas por aqui fizemos uma intervenção”, relata.

“Para entender que todos os cabelos são bonitos e têm sua especificidade, trouxemos uma mãe aqui do bairro que é tranquista. Ela até fechou o salão no dia, e, junto com sua equipe, fez tranças nas meninas e penteados nos meninos.”

Esse caso lembrado por Vera é ilustrativo de dois elementos-chave da Educação para as Relações Étnico-Raciais. O primeiro deles é a própria questão do cabelo. A educadora Sheila conta que visitou 32 escolas públicas de diferentes regiões de São Paulo (SP), em uma consultoria que prestou para a prefeitura e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

“

Todos esses materiais – brinquedos e bonecos, livros literários – precisam ser pensados e organizados de forma a atender a diversidade do grupo para que as crianças negras se reconheçam e para que as brancas vejam que existem outros modos de estar no mundo além do delas mesmas

Geiza das Neves

”



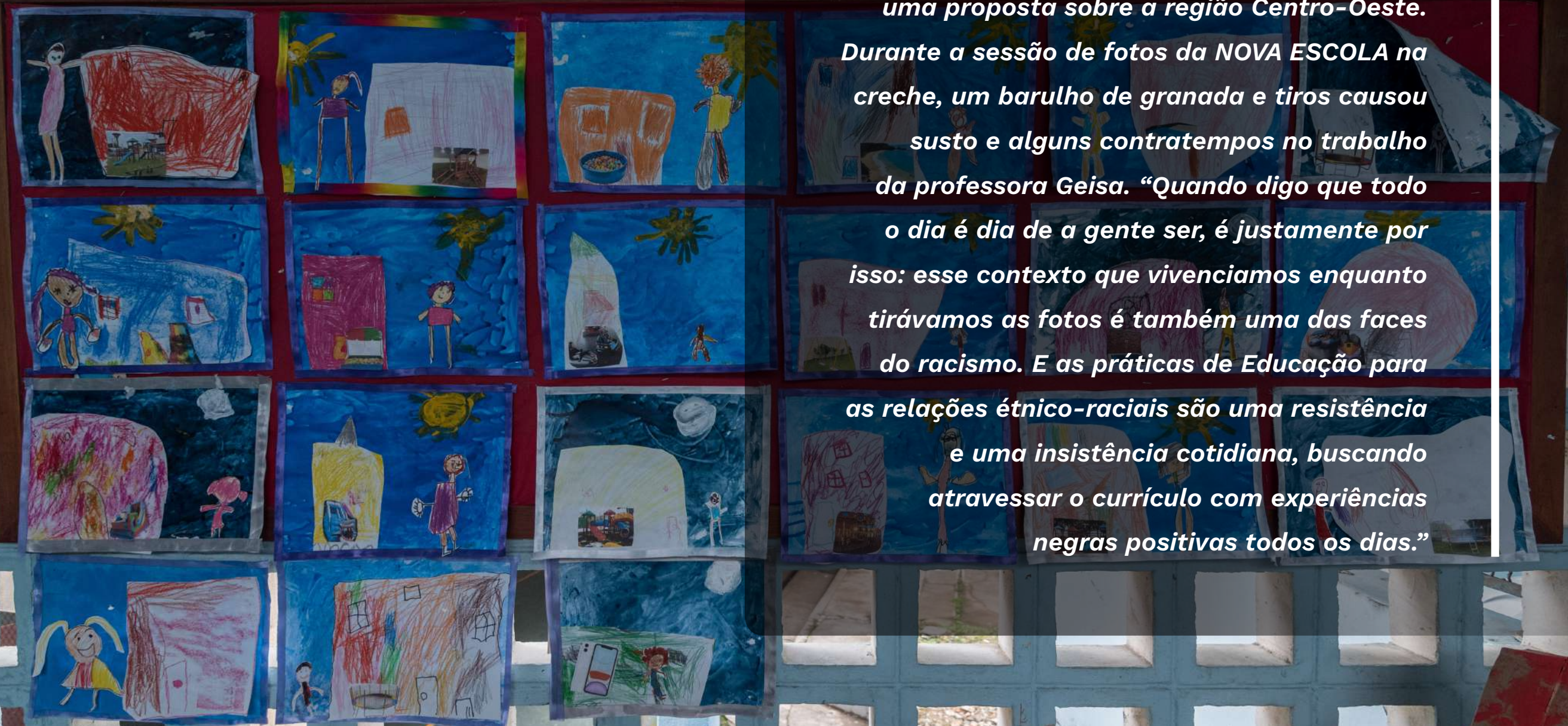
“Um dos casos que ouvi foi que uma suspeita de piolho em uma turma começou com um menino com cabelo black – justamente porque o racismo traz essa ideia do cabelo crespo relacionado a descuido, e meninos e homens negros têm o cabelo raspado para passar a impressão de limpos e bem-cuidados”, descreve.

“Eu mesma lembro que minha mãe prendia meu cabelo em um coque, e minhas professoras diziam que não iam mexer porque não sabiam cuidar. Elas não percebiam, mas aquele era um momento em que eu não recebia afeto.”

O segundo elemento simbolizado no relato de Vera é o papel e o valor da presença das famílias nos espaços escolares. *“Por aqui, já tivemos uma mãe ensinando remédio para piolhos com boldo”, comenta a professora Geisa. “Conversar com as famílias e ouvir pessoas pretas que compõem a comunidade é também trabalhar relações étnico-raciais. Inclusive, a gente fala família, mas é uma maioria esmagadora de mães, é muito feminino. Elas estão ali [presentes] todos os dias e sabem muitas coisas.”*

DESENHEMA
VOCÊ SABE O QUE É DESENHEMA?? DESENHO + POEMA! O PRÉ' 43
VISITOU O MATO GROSSO DO SUL ATRAVÉS DO MANOEL DE BARROS
"ERA O MENINO E SUA IMAGINAÇÃO".... E SE PUDESSE INVENTAR O
"ERA O MENINO E SUA IMAGINAÇÃO".... E SE PUDESSE INVENTAR O
"ERA O MENINO E SUA IMAGINAÇÃO".... E SE PUDESSE INVENTAR O

Um “desenhema” (desenho de um poema) em uma proposta sobre a região Centro-Oeste. Durante a sessão de fotos da NOVA ESCOLA na creche, um barulho de granada e tiros causou susto e alguns contratempos no trabalho da professora Geisa. “Quando digo que todo o dia é dia de a gente ser, é justamente por isso: esse contexto que vivenciamos enquanto tirávamos as fotos é também uma das faces do racismo. E as práticas de Educação para as relações étnico-raciais são uma resistência e uma insistência cotidiana, buscando atravessar o currículo com experiências negras positivas todos os dias.”





Questões étnico-raciais

permeando diferentes propostas

Um dos caminhos possíveis a ser explorado com os pequenos, segundo as educadoras entrevistadas, diz respeito a um olhar diferenciado para o continente africano, valorizando suas nuances, especificidades e potências e articulando tudo isso com o conteúdo. Essa representatividade deve vir de forma positiva para que as crianças se sintam confortáveis com sua identidade.

“Recentemente, apresentei a brincadeira terra-mar, que tem origem em Moçambique, e procuramos onde esse país ficava no globo, contextualizando que a África é um continente e pesquisando imagens de prédios, escolas e penteados locais”, conta Vera. “O mesmo com Angola: estive em Luanda e trouxe para eles o dinheiro local e o tecido da capulana, para verem e manusearem, além de mostrar fotos como as do pôr do sol. Tudo isso ajuda a desmistificar estereótipos como os da ‘África miserável’ ou mesmo dos safáris.”

Ainda de acordo com Vera, outro elemento interessante são os griôs da cultura africana, que basicamente eram contadores de história em um contexto muito baseado na oralidade – tópico que, inclusive, precisa ser estimulado na Educação Infantil.

Ela prossegue: “Então, peço que a criança escute uma história familiar em casa, que também é registrada por escrito pelos pais e mães. Depois, na escola, ela nos conta tudo, como um griô transmitindo uma narrativa, e eu fico ali, com o registro escrito feito pelos familiares, lembrando algum eventual ponto que ela tenha se esquecido ao narrar.”



“

Um dos caminhos possíveis a ser explorado com os pequenos, segundo as educadoras entrevistadas, diz respeito a um olhar diferenciado para o continente africano, valorizando suas nuances, especificidades e potências e articulando tudo isso com o conteúdo.

”

Segundo a profissional, vale ter em mente que é possível incluir as questões étnico-raciais em qualquer tipo de projeto na Educação Infantil, não só em ações estritamente relacionadas a países e ao continente africano. *“Se a temática for meio ambiente, por exemplo, dá para abordar como a cultura indígena e a africana o tratam como preservação da vida e da cultura.”*

A professora Geisa também sublinha essa concepção de conduzir iniciativas que não necessariamente estejam em um guarda-chuva de “africanidades”. *“Adoro me desafiar – vou inventando coisas junto com as crianças. Gosto muito do que chamo de ‘desenhema’, desenho de um poema, em que posso trabalhar diferentes temáticas. Comecei anos atrás com um livro de poemas infantis do qual a turma gostou muito, mas notei que não tinha textos de poetas negros”,* lembra ela, que passou então a levar artistas como MC Poze e Emicida – deste último, especialmente a música Casa.



“Nela, focamos o verso: ‘O céu é meu pai, a terra, mamãe/ E o mundo inteiro é tipo a minha casa’. E aí vamos pesquisando juntos: apresento o Emicida – as crianças podem reconhecê-lo como alguém parecido com uma pessoa próxima da família –, conto a história dele e o lugar onde nasceu, mostro o mapa de São Paulo, e vamos também pesquisando lugares do mundo. Fazemos um mapa cheio de imagens de casas, e cada criança escolhe seu lugar para estar – ‘junto com a foca’, ‘debaixo do arco-íris’, ‘na neve’, ‘no lugar onde o Emicida nasceu’. Não há fronteira para o sonho, e vamos construindo tudo com o lúdico, a arte, a Geografia, enfim, vários conhecimentos e experiências vão se entrelaçando.”





Explorando a **riqueza** **cultural brasileira**

Com seu projeto atual, que olha para as regiões do Brasil, Geisa indica que tem conseguido permear múltiplas possibilidades.

*“Comecei pela região onde estamos, Sudeste, e falei aqui do Morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro [RJ]. Primeiro, eu trouxe o Pixinguinha [1897-1973], que nasceu aqui perto, no bairro do Catumbi. Conte a trajetória dessa personalidade negra de um jeito envolvente, que ele ficava escondido atrás da escada para ouvir músicas dos saraus, e fechamos cantando **Carinhoso**”, relata.*

Já em São Paulo, o foco foi o grafite da artista Crica Monteiro, e a turma fez uma releitura da obra dela no muro da escola. Em Minas Gerais, a professora apresentou a congada, um ritmo negro. “Lemos o livro **Benedito**, do Josias Marinho. Eles amaram as ilustrações. Comemos pão de queijo e fizemos pintura com café.”

Prosseguindo nesse giro pelo país, a educadora enumera outras ações que envolveram as regiões Nordeste e Centro-Oeste. “Conhecemos o cacuriá de Dona Teté e o guaraná rosa do Maranhão, a cidade e o baião de Luiz Gonzaga [1912-1989] em Pernambuco, a música de Gilberto Gil na Bahia, o maracatu, com apoio do livro da Sônia Rosa, e, mais recentemente, mostrei fotos de um quilombo onde eu estive na Chapada dos Veadeiros, na região Centro-Oeste.

Ou seja, *passamos por vários ritmos e locais, mostrando para as crianças que existem vários jeitos de ser preto e que podem, portanto, se encontrar de várias formas.”*



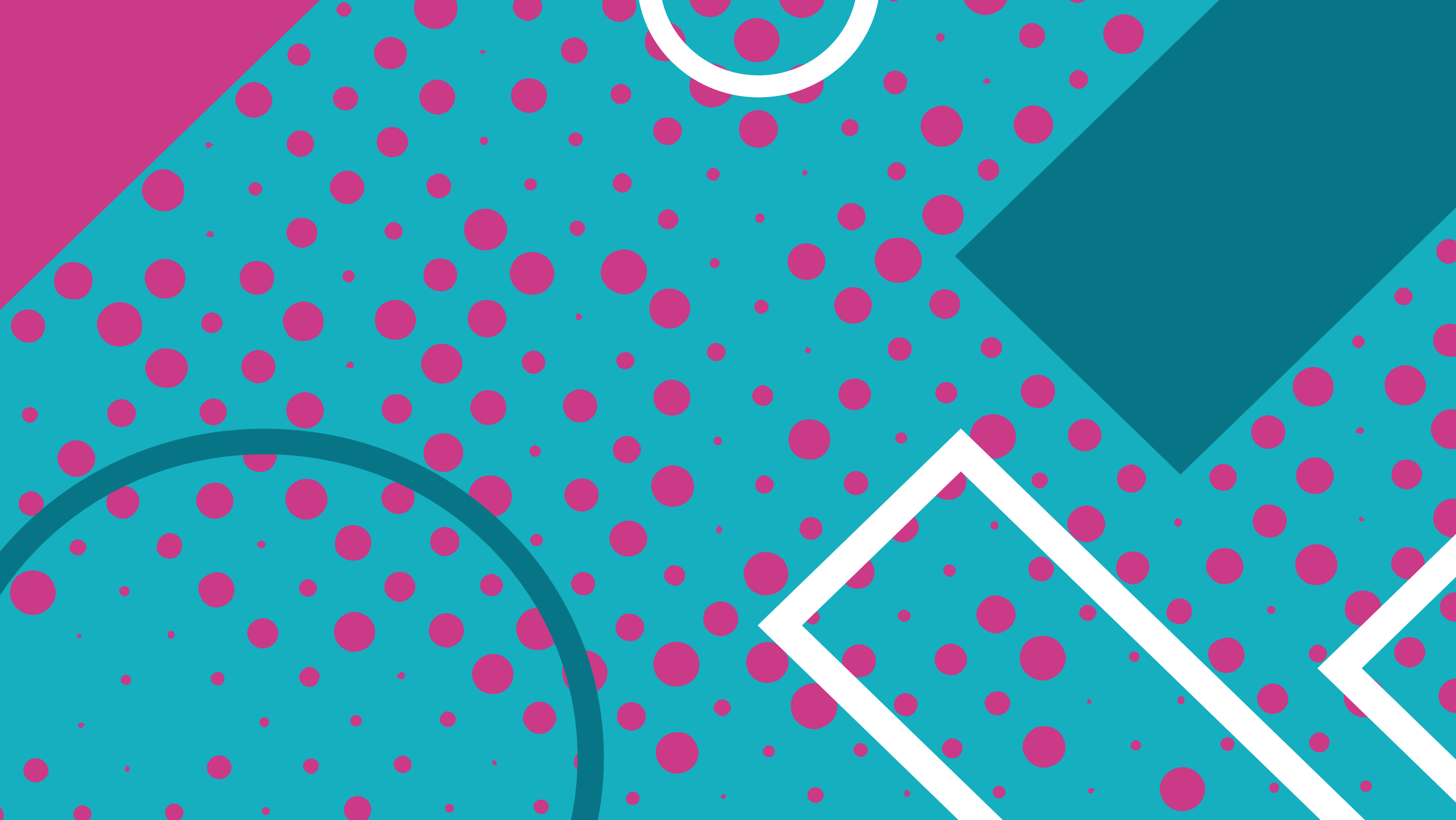
Mais do que contemplar as diversas existências, conclui a docente, trata-se de valorizar e respeitar essas diferentes perspectivas. *“A experiência do racismo, infelizmente, é cotidiana, por isso sempre bato na tecla de que ‘todo dia é dia de a gente ser’. Todo dia é dia de existirmos dentro da gente e também na escola, a partir do que ela oferta. A escola não pode invisibilizar a presença das crianças negras, e o currículo não pode ignorar a produção das pessoas negras. É urgente ter isso em mente ao pensar e trabalhar a Educação para as Relações Étnico-Raciais.”* ■



EM RESUMO

Práticas antirracistas na Educação Infantil

- Integre histórias, bonecos, jogos e brincadeiras representativos das culturas africana, afro-brasileira e indígena;
- Apresente livros e outras obras culturais que tragam personagens negras e indígenas sob uma perspectiva positiva;
- Referências visuais utilizadas na escola, como placas, convites e murais, devem contemplar a diversidade étnico-cultural brasileira sem cair nos estereótipos;
- Explore as perspectivas indígena e africana sobre os mais variados assuntos – por exemplo, meio ambiente –, e não somente dentro da questão étnico-racial.



CAPÍTULO 2 • ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Explore interesses
da turma sob
uma perspectiva
afrocentrada

É importante que a construção das propostas tenha participação ativa dos estudantes, envolva toda a comunidade escolar e aconteça de forma consistente ao longo do ano



Victor Santos



Daniel Sasso



“A Educação Antirracista inclui alunos negros e brancos e visa fazê-los compreender o racismo como um problema social a ser discutido e combatido por todos”, sintetiza Perla da Silva dos Santos, professora da rede municipal de Porto Alegre (RS) há mais de dez anos. *“Afiml, os problemas que ocorrem na sociedade acontecem dentro da escola também – já que ela está inserida nesse mesmo contexto – e, por isso, precisamos todos pensar em práticas antirracistas em busca de um país mais justo.”*


Essa perspectiva da Educação Antirracista não é algo novo. Ela já existe há muito tempo como um projeto coletivo, que tem nas suas origens intelectuais como

Abdias do Nascimento, Lélia González, Azoilda Loretto da Trindade e Nilma Lino e a atuação de movimentos organizados e não organizados.

“Falamos aqui de favelados, operários, artesãos, grupos de mães e mulheres negras, associações quilombolas, grupos indígenas, enfim, pessoas que sempre contribuíram para a educação das crianças”, explica Ricardo Jaheem, professor alfabetizador da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (RJ) e atual gerente de relações étnico-raciais da pasta.

“Todos esses coletivos de resistência foram importantes para as discussões que levaram à aprovação de leis, momento em que a Educação Antirracista se tornou uma garantia de direito.”





*Perla da Silva dos Santos,
professora do 5º ano na EMEF
Lidovino Fanton, em Porto
Alegre (RS), desenvolve o projeto
Nobreza Negra, em que traz
referências de reis, rainhas,
príncipes e princesas africanas.*

|| A história dos povos negros como potência

Em 2015, a professora Perla era monitora em uma escola de Porto Alegre (RS) quando uma das alunas sofreu uma situação de racismo. Após o acontecimento, a educadora acolheu a vítima e passou a *promover debates no recreio sobre temas como negritude e cabelos crespos*. Esse foi o embrião do Movimento Meninas Crespas, um coletivo de mães, pais, crianças, jovens e profissionais da Educação do bairro Restinga, extremo sul da capital gaúcha, em busca de uma *educação “afrocentrada”*. As iniciativas do grupo já se multiplicam pela cidade e por outros municípios do estado.



Atualmente, o Meninas Crespas tem na presidência a própria Perla e, na vice-presidência, Karina Ferreira, que ingressou com sua filha no grupo em 2018. Ela diz que o movimento se tornou bastante amplo, com ações envolvendo acolhimento, iniciativas solidárias – *“porque parte da população do nosso bairro vive em situação de extrema pobreza”* – e relacionadas à música, à dança, à pintura e à religiosidade. *“Não se trata de impor nada, e sim de mostrar a umbanda como parte da nossa história”*, salienta Karina. *“A proposta é consolidar essa educação ‘afrocentrada’ dentro da escola, mas também saindo dela, indo para a comunidade e se inserindo no maior número de locais possível, inclusive pautando políticas públicas.”*





No caso de Perla, que é licenciada em Dança e atualmente leciona para o 5º ano na EMEF Lidovino Fanton, na Restinga, o entrelaçamento dos temas abordados no Movimento Meninas Crespas com a sua prática pedagógica é contínuo. “A partir das leis, nós precisamos ter em mente que esse é um trabalho diário, e não apenas no 20 de novembro [Dia Nacional da Consciência Negra]”, enfatiza a professora. “Estamos falando da história de um continente, de pessoas sequestradas que chegaram aqui e criaram várias formas de resistência. É preciso sair do viés da escravidão e trabalhar a história e a cultura do povo negro como potência, resgatando suas descobertas científicas, filosofia, arquitetura e matemática, e falar dos reinos que existiram, entre outras possibilidades.”



Reis, rainhas, príncipes e princesas

O conhecimento sobre os reinos, aliás, faz parte do projeto Nobreza Negra, desenvolvido atualmente pela educadora. *“O foco é trabalhar a ideia de que somos descendentes de reis, rainhas, príncipes e princesas africanos. Tudo porque, principalmente com as meninas, existe uma relação estética complicada com as princesas da Disney: elas não se parecem com a gente.”*

A professora relata que suas atividades sempre partem de uma troca – os alunos dizem o que sabem sobre o tema e, em seguida, ela acrescenta mais alguns tópicos para a discussão. “Nesse caso, perguntei quais princesas eles conheciam, e surgiram nomes como Branca de Neve e Cinderela. Depois, analisamos alguns vídeos e livros desses contos de fadas tradicionais, observando detalhes como a fisionomia das personagens na capa, as paisagens e os cenários, como os castelos. Pedi que todos escrevessem como eram as princesas, e os não plenamente alfabetizados desenharam”, lembra.

Em seguida, a turma consolidou em um quadro como era a aparência dessas personagens: brancas, loiras, de olhos claros e cabelos lisos. “Então, lancei o questionamento: ‘Será que só existem príncipes e princesas assim?’. Foi aí que coloquei um som de barulho do mar e falei: ‘Trouxe para vocês uma princesa que atravessou todo o oceano; não é a Branca de Neve nem a Cinderela. É a princesa angolana Zacimba Gaba, que era rainha e veio escravizada para o Brasil.’”



A professora também é presidenta do Movimento Meninas Crespas, coletivo que busca valorizar o protagonismo de pessoas negras, a história e a cultura negra e fazer um resgate da ancestralidade como forma de ter uma educação “afrocentrada”. Essas vivências e princípios se entrelaçam com a prática de sala de aula de Perla.

A educadora, então, contou toda a história de Zacimba, que, ao se libertar, fundou um quilombo, o qual os estudantes prontamente desenharam. Outras figuras históricas de reinos africanos, como Dandara e Aqualtune, também foram apresentadas. *“É interessante que eles começam a ter consciência de que nossas princesas existiram de fato, se parecem com a gente e não esperam o príncipe – pelo contrário, pegam em armas e cuidam da sua comunidade.”*

Perla ainda conduziu pesquisas sobre roupas, pinturas étnicas e figurinos relacionados a essas figuras e, em um sábado letivo, teve a oportunidade de comandar um desfile com todas as meninas devidamente caracterizadas. *“A ideia era que eu fizesse uma fala curta, e, no fim, acabou sendo uma fala longa, com mães chorando, pessoas se identificando, todo mundo querendo tirar foto com as meninas que desfilaram. E fiquei pensando: em que outro momento essas meninas teriam a oportunidade de estar nesse lugar de princesa? Porque, naquele momento, elas eram princesas, com suas roupas, turbante e cabelos crespos.”*

“

Estamos falando da história de um continente, de pessoas sequestradas que chegaram aqui e criaram várias formas de resistência. É preciso sair do viés da escravidão e trabalhar a história e a cultura do povo negro como potência, resgatando suas descobertas científicas, filosofia, arquitetura e matemática, e falar dos reinos que existiram, entre outras possibilidades

Perla da Silva dos Santos

”





As atividades do projeto, que acontecem em sala de aula e também no contraturno escolar para as turmas de 4º e 5º anos, seguem em andamento, e seus desdobramentos mais recentes incluem um olhar para reis e príncipes. “Levei o filme **Um príncipe em Nova York** e depois questionei: ‘Gente, já pensaram se tivesse um príncipe negro em Porto Alegre?’”, conta Perla. “Aí um aluno mais ‘pessimista’ até me respondeu: ‘Professora, é filme! Acorda!’ [risos]. Mas, aos poucos, fui mesclando fotos do ator Eddie Murphy com imagens do Custódio Joaquim de Almeida, príncipe africano que viveu aqui em Porto Alegre no século 19. Então, lá em Nova York podia ser filme, mas aqui foi realidade.”

Pedagogia de favelas e escuta atenta

A Educação Antirracista também está no centro do trabalho do professor Ricardo Jaheem. Mestre em Educação, ele é pesquisador há bastante tempo da temática dos quilombos, foi pedagogo no Grupo Cultural AfroReggae e também é poeta e escritor, autor de dois livros infantojuvenis: **Adebumi** (2021) e **Dindo!** (2022), ambos pela Editora Conexão 7. Todas essas experiências o fizeram compreender que *muitas das práticas de Educação Antirracista partem da bagagem dos próprios estudantes.*



“Quando eu passei no concurso da Prefeitura do Rio de Janeiro, fui atuar na EM Estados Unidos, no bairro Catumbi, lecionando para alunos com dificuldade de aprendizagem, que aos 12 e 13 anos não sabiam ler nem escrever nenhuma palavra.” Nesse contexto, ele criou uma metodologia denominada **Pedagogia de Favelas, em que os alunos começaram a se alfabetizar em conjunto, por meio dos seus temas de interesse, afrocentrados e pautados nas temáticas do local onde viviam.**

“A gente discutia, desenhava e escrevia sobre o impacto da violência sobre os corpos pretos, por exemplo. E esses alunos tinham um ‘clique’ quando trabalhávamos com hipóteses de escrita em cima de palavras da sua realidade, como as regiões ‘Morro da Mineira’ e ‘Fallet’”, descreve o professor. Segundo ele, outro ponto que chamava a atenção é que nenhum dos alfabetários da sala de aula possuía figuras pretas ou palavras como favela e morro. “Isso nos fez conduzir uma pesquisa e construir um alfabetário mais representativo.”



Além da escuta sempre atenta, ouvir os estudantes exige, como narra o educador, uma boa dose de replanejamento – o que pode gerar oportunidades de aprendizagem muito ricas. “Teve uma vez que cheguei para falar sobre quilombos em uma aula, e uma aluna levantou a mão e contou que era quilombola – aí acabou meu planejamento na hora, né?”, diverte-se ao recordar. “Ela explicou que vivia entre o Maranhão e o Rio de Janeiro e foi nos relatando como eram as lideranças nos quilombos, como eles coletavam água, enfim, e tudo isso para crianças do 3º ano. Depois, ainda fizemos um registro coletivo.”

Já em outra situação, o “desvio de rota” foi até maior. “Uma turma de 2º ano disse: ‘Ah, você só fala sobre quilombo, vamos falar sobre outra coisa [risos]. Então, abrimos um debate sobre o que abordaríamos, e Educação Antirracista é isso: a criança ter voz e poder opinar, escolher e participar da construção”, ressalta. “Eles decidiram que o tópico seria ‘universo’, e, em um primeiro momento, pensei: ‘Caramba, como abordar o universo da perspectiva antirracista?’. E acabou sendo uma grande oportunidade para lermos poesias negras, desconstruir a ideia de buraco negro, tudo misturado com física quântica, cosmologias africanas e indígenas, youtubers de ciência que eles trouxeram... Projetos assim envolvem diálogo e um caminho que é todo percorrido pelos estudantes.”



|| Como incorporar as propostas no planejamento

Um ponto realçado pelos professores entrevistados é que projetos como esses são responsabilidade de todos os educadores da escola, brancos, negros e indígenas. *“Um primeiro movimento é esses professores entenderem o impacto do racismo nas nossas vidas e captarem que estudantes e seus familiares são atravessados por ele também”,* comenta Ricardo. *“Em seguida, vale buscar referências, como livros de autores como Sônia Rosa, Otávio Júnior e Djamila Ribeiro. Mas é importante que tenham respaldo da gestão e das redes, que precisam fornecer formação continuada em Educação Antirracista, apoiando os professores a repensar a prática pedagógica.”*

Outro fator diz respeito a *ter cuidado com o nível de letramento racial dos estudantes*, que nem sempre está consolidado. A professora Perla compartilha uma ação que realiza para esse diagnóstico. *“Por exemplo, eu trabalho com nobreza negra, mas trago escritores também, como Carolina Maria de Jesus. Preparo uma avaliação no início do ano e peço que desenhem e pintem uma princesa, um príncipe, um rei, uma rainha, um escritor, uma escritora, uma empregada doméstica, um ladrão, um escravo e um herói.”*

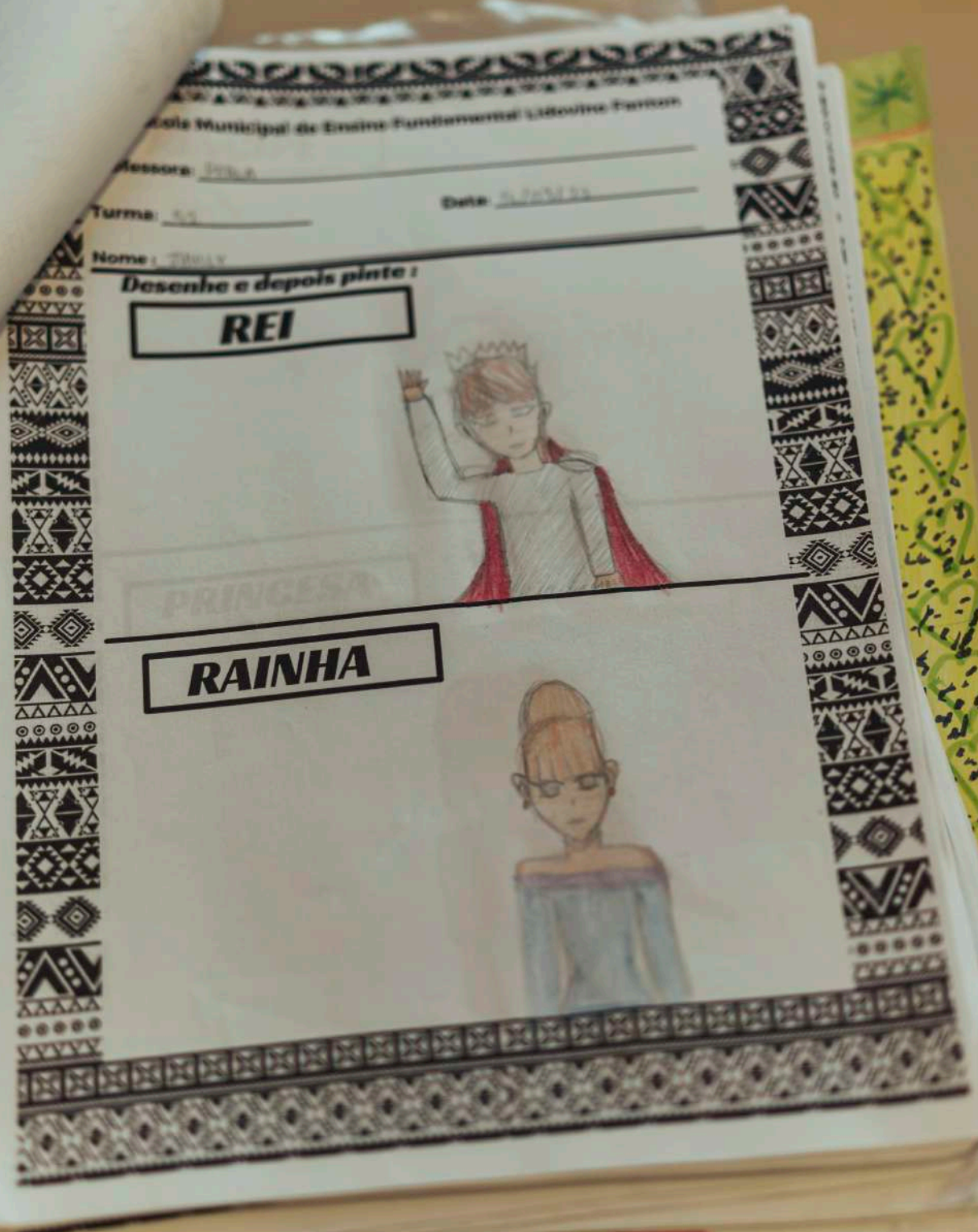


“

Educação Antirracista é isso: a criança ter voz e poder opinar, escolher e participar da construção

Perla da Silva dos Santos

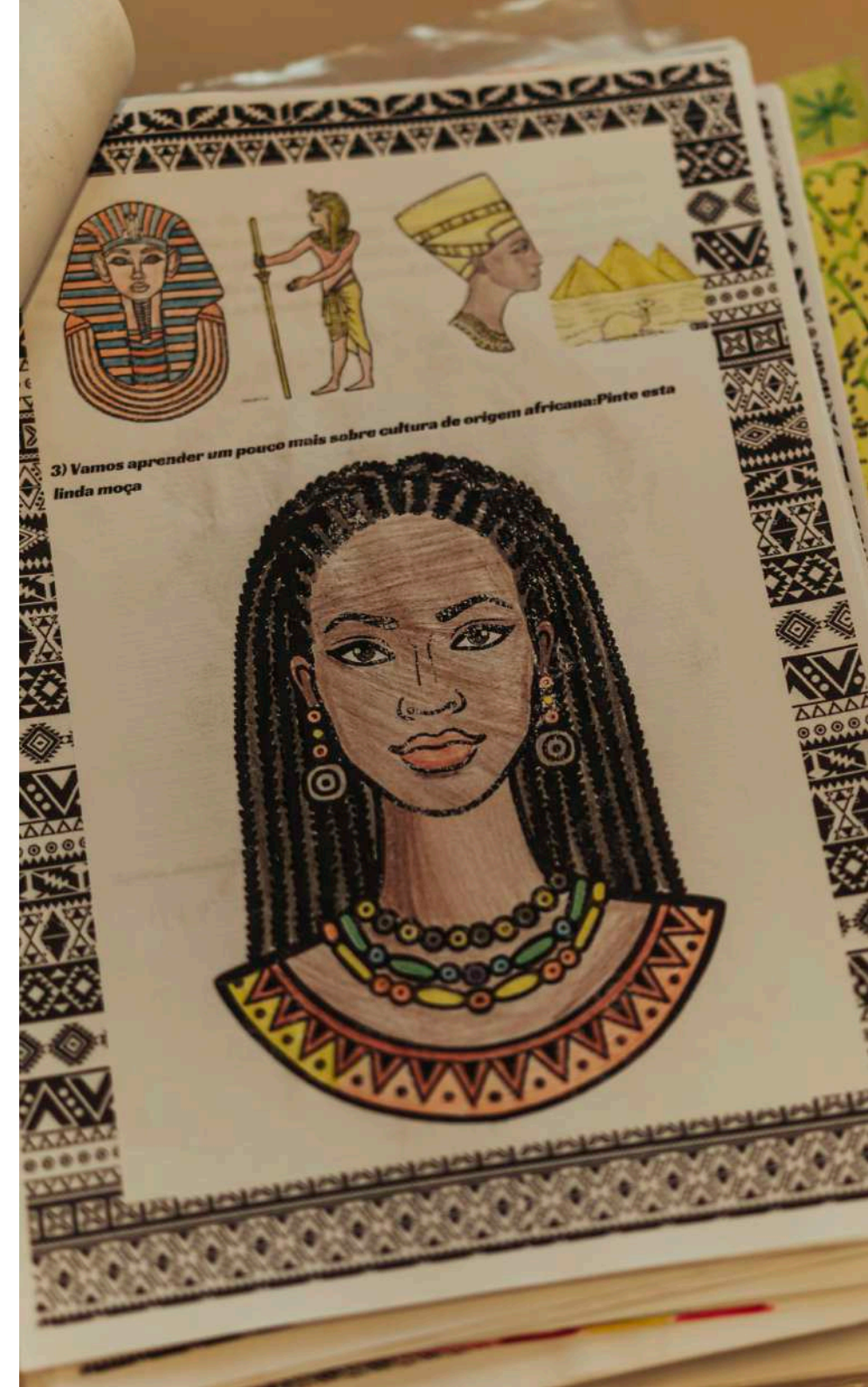
”

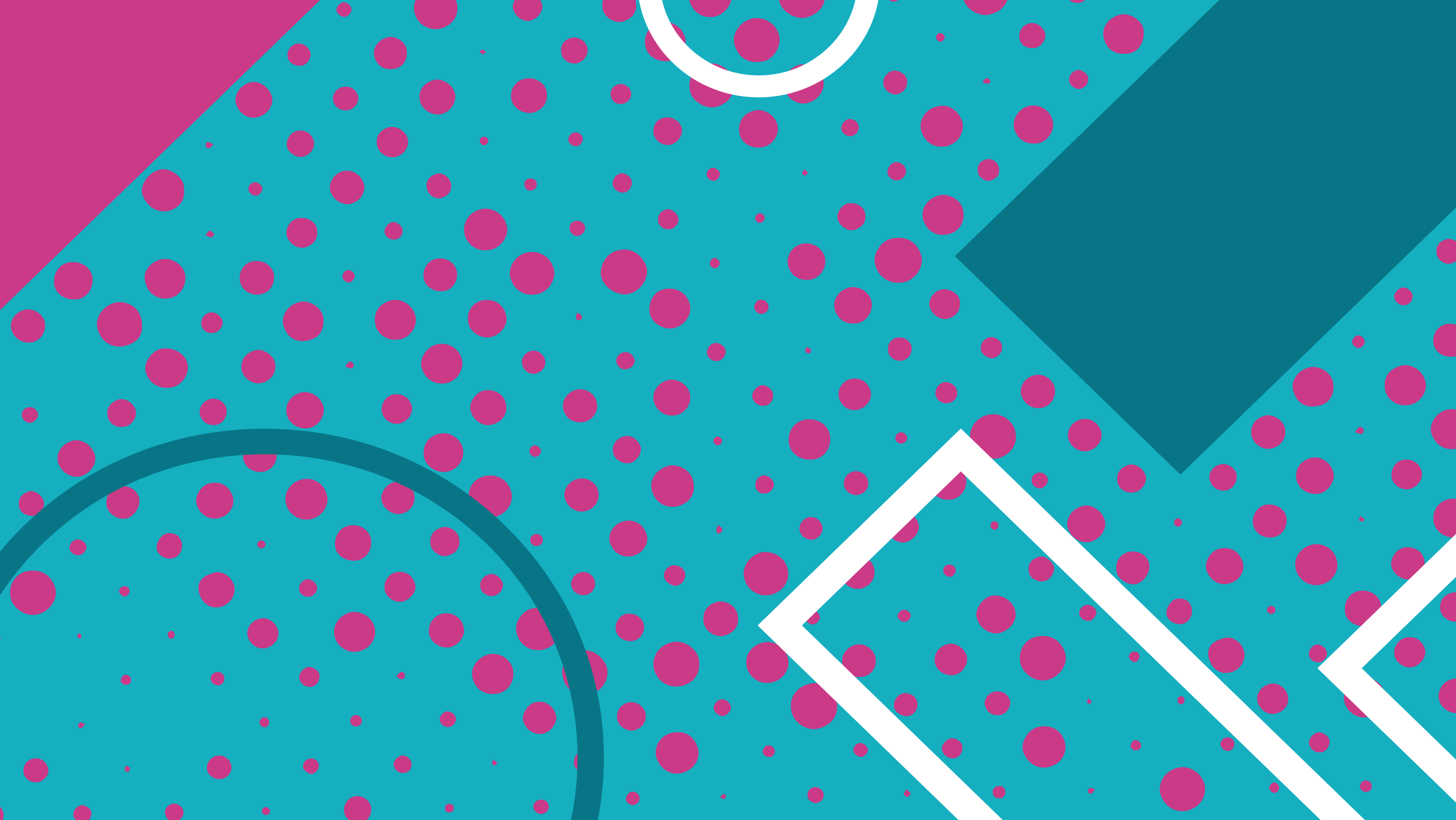


Ela conta que não corrige nem dá nota para essas atividades, pois tratam-se apenas de pistas para o seu trabalho. “Mas ali já dá para visualizar coisas como príncipe e princesa brancos, coroa, capa vermelha... Então, começo a trazer outros elementos ao longo do ano, como as referências de reis e rainhas africanos.” O resultado desses projetos surge quando ela retoma essa atividade no encerramento do período letivo. “Eles desenhavam novamente todas aquelas figuras e demonstram muito mais referências afrocentradas. Aproveito sempre para mostrar os primeiros desenhos, lá de março, e eles mesmos percebem o seu aprendizado, comentando: ‘Olha só o que eu sabia sobre nobreza, heróis e escritores, e olha o que eu sei agora.’”

É crucial ainda entender que a temática perpassa todos os componentes curriculares. *“É fundamental pegar o currículo, olhar as habilidades presentes e planejar como todos esses tópicos podem ser ensinados de maneira antirracista”*, orienta Ricardo. Ele aponta também que os momentos de planejamento coletivo dos docentes podem render trocas muito interessantes de referências e mesmo de materiais e propostas.

Por fim, a professora Perla frisa que não adianta fazer um projeto lindo se ele não respeitar o contexto da comunidade. *“Não adianta pegar uma habilidade e um conteúdo e não dialogar com os interesses, com os níveis de aprendizagem e mesmo com as histórias dos alunos e de seu entorno”*, reforça Ricardo. *“Não existem modelos para a Educação Antirracista. Ela é, na verdade, como uma canção – cuja letra, a melodia e as palavras são diferentes em cada sala de aula e em cada território.”* ■





CAPÍTULO 3 • ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Como trabalhar as questões étnico-raciais de forma transversal

Confira sugestões de propostas que abordam a temática e um material que lista como cada componente curricular pode explorar o assunto



Tia Ciata
1924

Victor Santos



Tete Silva

2021
@postreet



Quando o assunto é Educação Antirracista, a professora Karla Monteiro Paranhos, que leciona Ciências para os Anos Finais do Ensino Fundamental na EM Deodoro, no Rio de Janeiro (RJ), frisa que não podemos “*tapar o sol com a peneira*”. Segundo ela, a escola não está livre de reproduzir o racismo que é estrutural – na maioria das vezes, ela é, inclusive, o primeiro lugar onde a criança se defronta com situações racistas. “Inicialmente, é preciso que todos os atores se conscientizem de que esse problema existe e deve ser combatido.”





Pensar e executar esse trabalho no ciclo do 6º ao 9º ano é algo que envolve algumas especificidades para os educadores. “É uma etapa que traz uma fragmentação por componentes. Temos professores especialistas excelentes em suas áreas, mas eles vêm de cursos de licenciatura que não costumam ter formação específica para relações étnico-raciais”, diz Karla. “Por isso temos de tentar entender as possibilidades de abordar essa temática em todas as áreas e também encontrar correlações de forma interdisciplinar.”



A professora Karla Paranhos e seus alunos na aula-passeio da eletiva 'AfroPop'. Na região do Rio de Janeiro (RJ) conhecida como 'Pequena África', ela guia seus estudantes rumo a um olhar afrorreferenciado pelo território.

Reconhecimento e valorização

Especialista em estudos africanos e afro-brasileiros e com ampla experiência na rede pública de ensino, a professora Rosa Margarida de Carvalho Rocha atualmente se dedica à formação de professores para a implementação da Lei Federal nº 10.639/03 (atualizada pela Lei nº 11.645/08). De acordo com a professora Rosa, três pontos são cruciais para nortear a Educação Antirracista.

“O primeiro deles é o reconhecimento e a valorização das diferenças. O segundo, o fortalecimento da memória histórica brasileira, valorizando a diversidade étnica e nos reconhecendo como um país construído a muitas mãos, já que geralmente atribuímos isso apenas ao grupo hegemônico branco europeu”, explica a formadora. “O terceiro ponto diz respeito ao desenvolvimento de atitudes e valores – falo aqui da importância de assumir posicionamentos contrários a toda forma de discriminação.”



Em relação aos diversos estudos e pesquisas desenvolvidos nessa área, Rosa conta que sempre buscou construir uma articulação entre documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a própria Lei nº 10.639/03. *“É muito importante pensar nessa interlocução. Não é o professor sozinho que tem de assumir a responsabilidade. Todos os envolvidos – secretarias, núcleos das secretarias e coordenação pedagógica, além do próprio professor – precisam de um plano de ação para dar andamento a esse trabalho.”*

Educação Antirracista:

passo a passo

Em uma perspectiva metodológica, a especialista fala de um aspecto já ressaltado: o ponto de partida está no letramento racial. “As pessoas só criam empatia por um tema quando o conhecem. Então, quando se está formando professores, por exemplo, a sensibilização acompanhada da responsabilização sobre esse tema é necessária.”

Em seguida, é o momento do diagnóstico. “A Secretaria tem de diagnosticar o que fez e o que deixou de fazer sobre essa temática. Da mesma forma, a escola precisa identificar qual seu status com relação às mesmas questões.”



O passo seguinte diz respeito à problematização. “Com tudo mapeado, é o momento de efetivamente criar o plano de ação, com aquelas perguntas simples e que são necessárias: o que vou fazer, como vou fazer, quem vai fazer, de que forma e quando?”, destaca a especialista. “É nesse momento que a escola define quais são a sua missão e as suas responsabilidades perante as questões antirracistas.” Ela salienta que a problematização pode levar a uma formalização dessas práticas em manuais e protocolos e mesmo a uma inserção no Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Por fim, com as ações já em andamento, cabe aos envolvidos monitorar e avaliar. “Em projetos desse tipo, é importante pensar em avaliações processuais e também ao final de cada ciclo, para retroalimentar o plano de ação e identificar o posicionamento de toda a comunidade escolar a respeito das relações étnico-raciais”, orienta.

A educadora Karla na Pedra do Sal, monumento histórico carioca. Segundo ela, muitos alunos já passaram por aquela região, mas desconheciam a sua história – cabendo aí uma rica oportunidade de aprendizado em uma visita guiada.

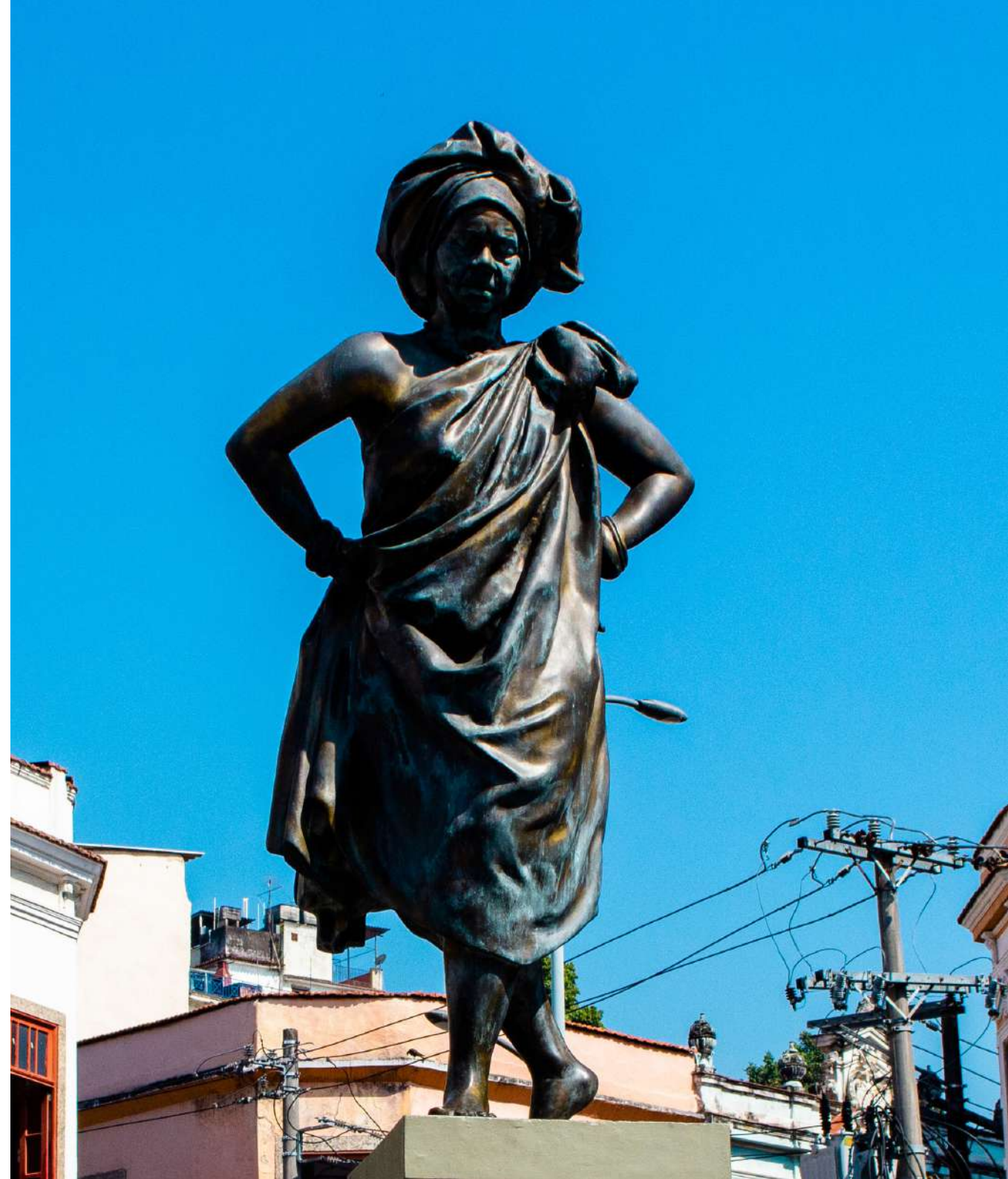


|| **Desafios da separação por componentes – e como superá-los**

Como realçou a professora Karla no início desta reportagem, o fato de os Anos Finais apresentarem essa divisão por “caixinhas” de conhecimento traz uma dificuldade a mais para desenvolver projetos de Educação Antirracista. *“A própria Lei, apesar de enfatizar História e Arte, reforça que [a temática] deve ser trabalhada no currículo como um todo. Então, cabe a nós entendermos que há possibilidades para todas as áreas”*, aponta a educadora.

Ela traz alguns exemplos de diferentes componentes para corroborar esse raciocínio. *“No caso de Língua Portuguesa, como a gente pôde, por tanto tempo, negligenciar a cor de Machado de Assis?”*, questiona. *“Ou mesmo Matemática: muitos podem dizer ‘ah, é super Exatas’, mas há uma questão racial pautada ali que muitas vezes não é falada. ‘Quando surgiu tal raciocínio matemático?’ ou ‘De onde vieram esses pesquisadores e que cor eles tinham?’”*

Indagações similares também norteiam o trabalho de letramento racial que Karla realiza com as turmas em suas aulas de Ciências. “*Eu gosto de fazer uma atividade na qual pergunto para eles: ‘Na visão de vocês, qual é a cara do cientista?’ Indico algumas fotografias, e nunca, na perspectiva deles, vai ser uma pessoa preta, uma mulher, uma mulher preta...*”, comenta. “*No ano passado, realizei uma atividade colocando apenas imagens de cientistas que eram mulheres negras. Aí me lembro, por exemplo, de um deles falando: ‘Ela parece a minha mãe, não parece cientista’ [risos]. Partindo de propostas como essa, trago, então, as contribuições de especialistas negros e africanos para o processo científico.*”



MUSEU MEMORIAL PRETOS NOVOS



“

As pessoas só criam empatia por um tema quando o conhecem. Então, quando se está formando professores, por exemplo, a sensibilização acompanhada da responsabilização sobre esse tema é necessária

Rosa Margarida de Carvalho

”



|| Criando novas possibilidades

Ainda nessa linha, Karla compartilha mais alguns exemplos que aparecem quando ela está realizando seus planejamentos. “Em Ciências, nós temos competências e habilidades bem definidas, e, em geral, não há nenhuma que fale especificamente de relações étnico-raciais. No entanto, se considerar uma habilidade que envolve estudar método científico e a História da Ciência, você tem uma brecha para trabalhar essas relações analisando, por exemplo, quem fez parte dessa história. Quem são essas pessoas e como contribuíram para o desenvolvimento desse contexto?”, exemplifica.

Alguns temas atuais, que igualmente aparecem entre as habilidades de Ciências, também são oportunidades de reflexão. *“Sobre problemas ambientais, não tenho como descontextualizá-los de questões étnico-raciais, já que, quando me aprofundo neles, vejo que atingem de forma mais forte populações negras, indígenas e periféricas. Por que será que isso acontece?”*, indica a professora. *“Outro ponto são as vacinas. Preciso falar sobre como funcionam no organismo e sobre imunização. Assim, quando trago dados que mostram que no Brasil e na Europa 80% da população está vacinada contra Covid-19, e na África a porcentagem é muito menor, não é só uma questão técnica [que está] em jogo. E o aluno dos Anos Finais já tem um pouquinho mais de maturidade para enxergar essas nuances.”*

Para a especialista Rosa Margarida, há pontos fundamentais que cada componente pode abordar no que diz respeito à Educação Antirracista. Para apoiar os docentes, ela compartilhou com a NOVA ESCOLA um material complementar, que pode ser baixado gratuitamente no botão abaixo.

[Baixe gratuitamente um diagrama com as questões étnico-raciais em cada componente curricular dos Anos Finais](#) ↗



“Vale reforçar que o interessante é trabalhar de forma interdisciplinar e até transversal”, afirma Rosa. “De qualquer forma, a ideia desse diagrama é fornecer condições para que os professores percebam onde as questões étnico-raciais podem entrar em cada componente curricular – como um conteúdo pertencente, e não como um apêndice. **Torna-se possível, assim, a interlocução de projetos, trabalhos e conteúdos desenvolvidos nesse nível de ensino com a Educação Antirracista.**”



Museu Memorial PRETOS NOVOS

O circuito histórico 'Pequena África' abrange parte da Zona Portuária do Rio de Janeiro (RJ) e os bairros da Saúde e da Gamboa. Na aula-passeio, Karla e os estudantes passaram por pontos históricos como o Largo São Francisco da Prainha, a Pedra do Sal e o Cais do Valongo e terminaram no Museu Memorial dos Pretos Novos.

ARQUEOLÓGICO
ANÇA AFRICANA

PRETOS NOVOS

Museu Memorial dos Pretos Novos, Rua Direita, para a identificação dos pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Muitos foram os pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro, como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do

em 1804 e 1805. Sua construção foi iniciada em 1804 e concluída em 1805. O edifício foi utilizado para a armazenagem de açúcar e café. Atualmente, o edifício abriga o Museu Memorial dos Pretos Novos.

do Porto Marechal Cultural, o Museu Memorial dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Largo do

Heritage
Museu Memorial dos Pretos Novos, Rua Direita, para a identificação dos pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Muitos foram os pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro, como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do

em 1804 e 1805. Sua construção foi iniciada em 1804 e concluída em 1805. O edifício foi utilizado para a armazenagem de açúcar e café. Atualmente, o edifício abriga o Museu Memorial dos Pretos Novos.

do Porto Marechal Cultural, o Museu Memorial dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Largo do

Heritage
Museu Memorial dos Pretos Novos, Rua Direita, para a identificação dos pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Muitos foram os pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro, como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do

em 1804 e 1805. Sua construção foi iniciada em 1804 e concluída em 1805. O edifício foi utilizado para a armazenagem de açúcar e café. Atualmente, o edifício abriga o Museu Memorial dos Pretos Novos.

do Porto Marechal Cultural, o Museu Memorial dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Largo do

Heritage
Museu Memorial dos Pretos Novos, Rua Direita, para a identificação dos pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Muitos foram os pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro, como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do

em 1804 e 1805. Sua construção foi iniciada em 1804 e concluída em 1805. O edifício foi utilizado para a armazenagem de açúcar e café. Atualmente, o edifício abriga o Museu Memorial dos Pretos Novos.

do Porto Marechal Cultural, o Museu Memorial dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Largo do

Heritage
Museu Memorial dos Pretos Novos, Rua Direita, para a identificação dos pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Muitos foram os pontos de referência da Zona Portuária do Rio de Janeiro, como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do

em 1804 e 1805. Sua construção foi iniciada em 1804 e concluída em 1805. O edifício foi utilizado para a armazenagem de açúcar e café. Atualmente, o edifício abriga o Museu Memorial dos Pretos Novos.

do Porto Marechal Cultural, o Museu Memorial dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Largo do

A bagagem dos estudantes nessa etapa

As professoras Rosa e Karla mencionam que o repertório que os próprios alunos desse ciclo trazem em sua bagagem pode auxiliar, e muito, para que bons projetos antirracistas sejam executados. “*Esses diálogos dentro da comunidade escolar são essenciais. Não é dar voz aos adolescentes, porque eles já têm voz, e sim escutar o que eles têm a dizer*”, salienta Rosa. “*Já atuei em uma escola na qual muitos alunos viviam em situação de risco. Desenvolvemos um projeto em que, uma vez por mês, professores e estudantes se sentavam e conversavam sobre vários assuntos, inclusive sobre o que os adolescentes mais queriam aprender em sala de aula. Todos os educadores conseguem, habilmente, articular conteúdos do planejamento global com o que os alunos querem.*”



Na escola onde leciona, a professora Karla tem a oportunidade de comandar uma disciplina eletiva que lhe permite desenvolver os tópicos ligados à temática racial para além da aula de Ciências. *“Propus uma eletiva com a temática ‘afropop’. Nela, consegui mesclar componentes como Geografia, História, Arte e Línguas, adaptando para a linguagem e os interesses dos adolescentes. Por exemplo: onde surgiu o funk carioca e por que a discriminação? Abordamos também samba, grafite e outros assuntos, sempre na perspectiva da cultura e da resistência.”*

O trabalho, no entanto, não para por aí e atravessa os muros da escola, que está localizada no bairro da Glória, próximo à região central do Rio de Janeiro. *“Graças a essa ‘proximidade estratégica’, consigo fazer atividades de campo com os estudantes no território que hoje é conhecido como Pequena África – remanescente da história do povo negro no Rio de Janeiro”,* descreve a professora. *“Então, realizamos essas visitas guiadas. Muitos já passaram por aquela região, mas não conheciam a sua história. Sempre procuro partir dos conhecimentos prévios que eles têm sobre a escravidão no Brasil, mesmo que estereotipados, e aproveitamos esses momentos para trabalhar diversos conteúdos.”*



“

Esses diálogos dentro da comunidade escolar são essenciais. Não é dar voz aos adolescentes, porque eles já têm voz, e sim escutar o que eles têm a dizer

Rosa Margarida de Carvalho

”



De acordo com a especialista e formadora Rosa Margarida, quando a instituição realiza esse recorte étnico-racial, consegue visibilizar o sujeito concreto que está dentro daquele espaço, impulsionando o processo de ensino e aprendizagem.

“Tudo porque o aluno se engaja mais e se torna protagonista do aprendizado, já que ele se vê e é visto pela escola.”

PARA SABER MAIS

Educação Antirracista transdisciplinar na prática

Equipe de uma escola mineira conta como aborda a temática racial de maneira transversal

O PPP da EM Polo de Educação Integrada (EMPoeint), que atende alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Belo Horizonte (MG), foi simbolicamente sintetizado por uma mandala. Nela, uma figura humana aparece no centro e, em volta, surgem palavras-chave que representam tanto os conhecimentos escolares (acadêmicos e científicos) quanto os saberes presentes nas pessoas e no território da comunidade.

“Trabalhar com a Educação Antirracista de forma transversal é algo diretamente ligado a essa centralidade do sujeito presente na nossa proposta”, explica a vice-diretora Shirlei Lopes da Silva.

“Afiml, sabemos que o sujeito na nossa escola tem cor: estamos na periferia de BH, nossos alunos são em sua maioria meninos e meninas negros, muitos vivendo em situação de vulnerabilidade social. Precisamos considerar a EMPoeint como equipamento de proteção, como um local para pensar esse sujeito negro e da periferia, e de enfrentamento ao preconceito racial.”

A estrutura curricular da escola, que é integral, engloba três áreas de conhecimento com seus respectivos componentes: Ciências Humanas (História e Geografia), Ciências da Natureza e Matemática (Matemática e Ciências) e Códigos e Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física). Assim, permite consolidar um trabalho transdisciplinar, que inclui ainda atividades e vivências educativas, como teatro, artes urbanas (hip-hop e grafite) e capoeira, vinculadas aos saberes populares e a diferentes conhecimentos.

“Temos tempo de planejamento, de forma coletiva, nas áreas e entre as áreas do conhecimento”, enfatiza a coordenadora pedagógica geral Glaucia Aparecida Vieira.

“Dessa forma, conseguimos articular e relacionar os componentes e conhecimentos e mesmo alterar a ordem tradicional para ensiná-los de acordo com o tema que vamos trabalhar.” É durante esse planejamento coletivo que o próprio material didático é produzido, e os livros didáticos habituais ficam como apoio.

Além disso, destaca Glaucia, esse tempo de planejamento garante momentos de capacitação, incluídos na carga horária, com foco na conduta dos docentes. *“Nas formações em Educação Antirracista, construímos conceitos como branquitude, para que nós, sujeitos educadores não negros, conseguíssemos trabalhar esse lugar de privilégio, para não trazer para os estudantes uma expectativa tomando como referência as experiências que temos com a cor da nossa pele.”*

A representatividade no corpo docente

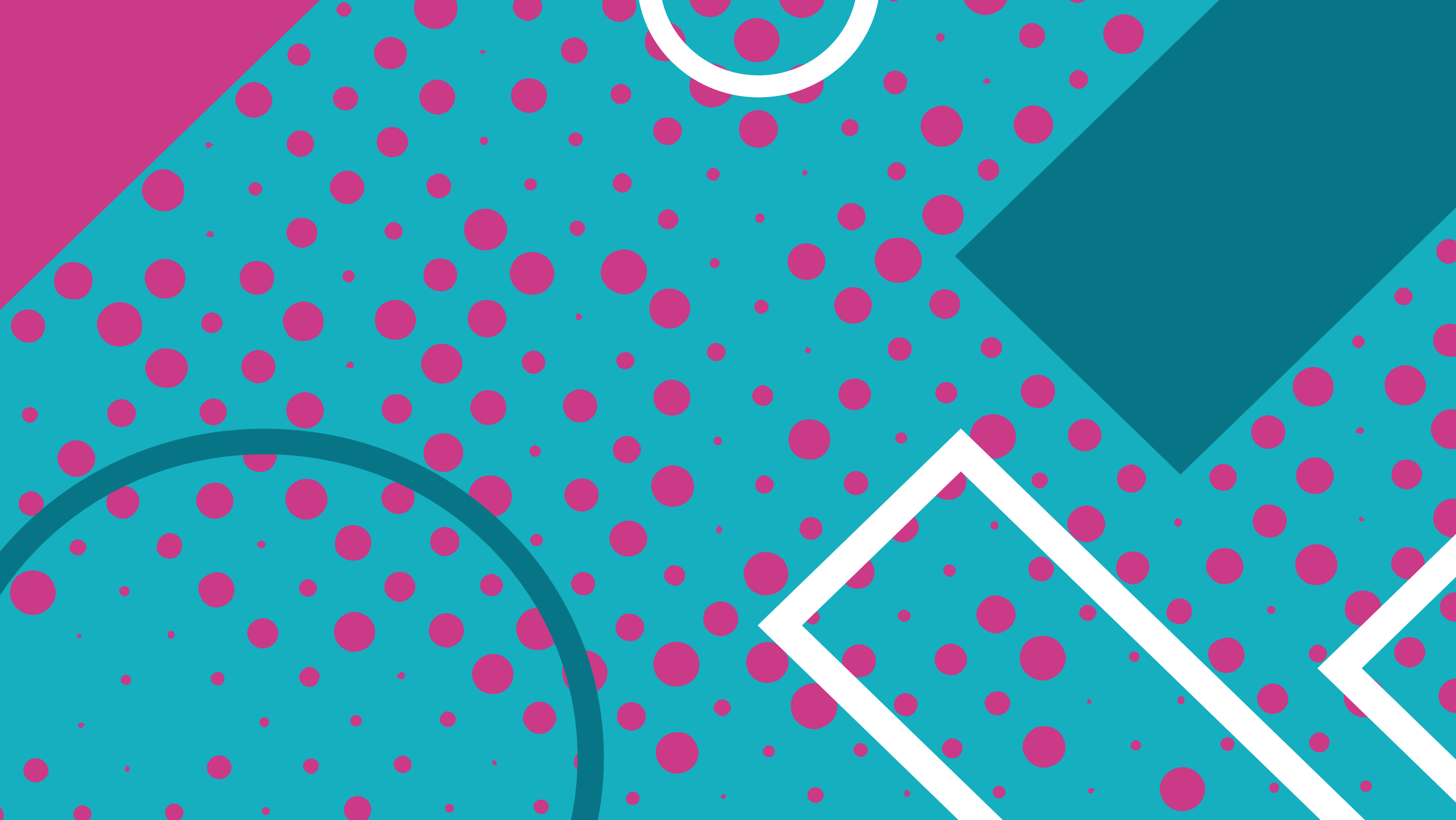
De acordo com os professores, as possibilidades de trabalho transversal são muitas. “Na minha área, Códigos e Linguagens, é possível resgatar a contribuição africana para o Português brasileiro e incorporar paralelamente itens como comidas, dança e ritmos. Dessa forma, misturamos componentes como Educação Física, Arte, Dança, Língua Portuguesa e Literatura Africana, valorizando a contribuição do povo desse continente para a riqueza cultural do nosso país”, diz o educador Baltazar Nunes de Souza.

Na mesma linha, o monitor de vivências educativas Anderson de Jesus Rodrigues conta que, quando começou a trabalhar Educação Ambiental com transversalidade, abordou plantas e cultivos cujos conhecimentos foram trazidos pelos africanos, com foco em mostrar as potências e quebrar os estigmas sobre esse povo. Nessa perspectiva da potência, o professor salienta ainda a presença de pessoas pretas e pardas lecionando. “*Com nossos corpos presentes dentro da escola, nos tornamos referências.*”

Tornar-se negro é um processo doloroso por conta do preconceito. Eu comecei a usar meu cabelo [black] com 26 anos e quero ser exemplo para que o usem assim com dez, 12 anos. Alguns estudantes já disseram: “Vi que você usa assim e resolvi deixar meu cabelo crescer também”, comenta.

Para Agda Ramos Nunes, educadora monitora de Dança, a centralidade no sujeito ilustrada pela mandala do PPP se entrelaça com a intencionalidade pedagógica em Educação Antirracista. *“Tudo parte do planejamento: quem é esse sujeito estudante?”*

Precisamos conhecê-lo para depois criar as atividades em cima disso”, reforça. “Como diz a autora Lélia González, nós não nascemos pretos, nós nos tornamos pretos. Muitos estudantes aqui não se viam como meninas e meninos pretos, mas, com as vivências envolvendo música, arte, pintura e tudo mais, eles passaram a se ver assim.” ■



PARCERIA



INSTITUTO
MAX FABIANI

NOVA
escola

CRÉDITOS

Reportagens • **Victor Santos**

Edição • **Thaís Paiva**

Revisão • **Leonardo Piana**

Projeto Gráfico e Diagramação • **Caronte Design e Duda Oliva**

Fotografias • **Bárbara Dias, Daniel Sasso e Tetê Silva.**